

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE DESENVOLVIMENTO PARA AS REGIÕES DO
VALE DO TAQUARI E VALE DO RIO PARDO

Miguel Gusberti Vivan

Porto Alegre
2010

Miguel Gusberti Vivan

ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE DESENVOLVIMENTO PARA AS REGIÕES DO
VALE DO TAQUARI E VALE DO RIO PARDO

Monografia apresentada como requisito para
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Econômicas pela Universidade Federal do
Rio Grande do Sul.

Orientador: Professor Júlio César de Oliveira

Porto Alegre

2010

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Elementos Estratégicos x Estratégias para a RF 2	37
Figura 2 - Estratégias 1: Atração industrial	38
Figura 3 - Estratégia 2: Suprimento Agroindustrial da RMPA.....	39
Figura 4 - Criação da Identidade Regional	40
Figura 5 - Objetivos das estratégias propostas	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Urbanização	26
Tabela 2 - PIB	27
Tabela 3 - PIB per capita.....	28
Tabela 4 - Expectativa de vida	29
Tabela 5 - Analfabetismo	30
Tabela 6 - Taxa de urbanização.....	31
Tabela 7 - IDESE	32

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO: CRESCIMENTO EQUILIBRADO E DESEQUILIBRADO	9
1.1 TEORIA DO CRESCIMENTO EQUILIBRADO	9
1.1.1 Paul N. Rosenstein-Rodan – Teoria do Grande impulso	9
1.1.2 Ragnar Nurkse – Círculo vicioso do subdesenvolvimento	11
1.2 TEORIA DO CRESCIMENTO DESEQUILIBRADO	13
1.2.1 François Perroux – Pólos de crescimento	14
1.2.2 Albert O. Hirschmann – Crescimento sequencial	15
1.2.3 Gunnar Myrdal – Causação circular	18
1.3 SÍNTESE DAS TEORIAS DE CRESCIMENTO	20
2 A REGIÃO FUNCIONAL 2	23
2.1 OS COREDES E A CRIAÇÃO DA REGIÃO FUNCIONAL 2	23
2.2 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA REGIÃO	24
2.3 ANÁLISE COMPARATIVA	25
2.4 SÍNTESE DA SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA	32
3 PROPOSTAS DE DESENVOLVIMENTO	34
3.1 POTENCIAIS E DIFICULDADES DA REGIÃO	34
3.2 APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	36
3.3 ANÁLISE CRÍTICA	41
CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS	50
ANEXO A – MAPA REGIÕES FUNCIONAIS DE PLANEJAMENTO E CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO	53
ANEXO B – MAPA REGIÃO FUNCIONAL 2	54

**ANEXO C – MAPA CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO VALE DO
TAQUARI.....55**

**ANEXO D – MAPA CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO VALE DO
RIO PARDO.....56**

INTRODUÇÃO

A situação de emergência do Brasil torna latente a discussão sobre os projetos para o desenvolvimento do país, bem como a ideal teoria a ser posta em prática para o bom encaminhamento da economia. Em um país onde se encontra abundância em recursos naturais e mão-de-obra, além de grande capacidade de expansão da indústria, parece lógico que um dos fatores mais importantes para atingir-se um lugar de destaque no cenário econômico mundial seja a ideal escolha de um projeto de desenvolvimento. Ele deve satisfazer as necessidades de modernização da economia, eficiência da mão-de-obra, melhora da infraestrutura, assim como outros tantos fatores, para então se alcançar o tão esperado aumento expressivo no nível de vida geral da população.

Ao longo da história brasileira e gaúcha pode-se observar diversos projetos do governo que visavam a industrialização, o progresso e o crescimento econômico do país. A mais recente iniciativa de vulto nacional é o PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) que tem como objetivo potencializar o crescimento econômico, investindo grandes quantias em infraestrutura.

Para guiar este trabalho foram escolhidas duas grandes correntes teóricas desenvolvimentistas, que servirão de norte para os estudos. Primeiramente será abordada a tese do crescimento equilibrado, que consiste na dispersão do investimento em diversos setores industriais, provocando um crescimento homogêneo da região. O segundo enfoque será acerca da teoria do crescimento desequilibrado, modelo que privilegia o investimento em alguns pontos-chave, para que estes promovam o desenvolvimento das outras localidades. Para o estudo da primeira corrente será feito um apanhado das ideias de Paul N. Rosenstein-Rodan e Ragnar Nurkse e, para a segunda, a abordagem será de acordo com as propostas de François Perroux, Albert O. Hirschmann e Gunnar Myrdal.

O objetivo central do trabalho é fazer uma análise da atuação do Estado como promotor do desenvolvimento das regiões do Vale do Taquari e Vale do Rio Pardo,

levando em consideração suas limitações de recursos, infra-estrutura, características da população, etc.

Muitos projetos políticos para o desenvolvimento regional têm visão imediatista e populista (caso comum em países subdesenvolvidos) – o que gera uma tendência a pulverização dos investimentos em diversos pequenos projetos e obras. Outros projetos acabam promovendo o desenvolvimento por uma ação concentrada em alguns pontos-chave, gerando desequilíbrios regionais no princípio, mas que podem ser aproveitados para um crescimento de outras localidades posteriormente. Identificar em qual destas ideias que se enquadram as principais propostas do governo também é um dos objetivos deste trabalho, bem como indicar qual é o melhor caminho para o desenvolvimento da região, tendo como pano de fundo a visão do cenário econômico atual.

A região a ser estudada chama a atenção pela controvérsia entre seu grande potencial de crescimento (devido a sua localização e base industrial), e os índices de crescimento econômico verificados. Este desperdício do potencial regional é um atrativo para o estudo da região.

Para melhor delimitação geográfica e estratégica, levou-se em consideração a subdivisão estadual proposta pelo relatório Rumos 2015 – documento elaborado em 2002 pelo governo do estado para fazer um melhor planejamento dos rumos de desenvolvimento do estado do Rio Grande do Sul. O estudo propôs a divisão estadual em nove Regiões Funcionais (ANEXO A), a fim de agrupar as localidades com características comuns. Desta forma houve “junções” de diferentes COREDEs (Conselho Regional de Desenvolvimento) dentro destas Regiões Funcionais, para que as políticas sócio-econômicas fossem adotadas em conjunto. As regiões do Vale do Taquari e Vale do Rio Pardo formam a Região Funcional 2 (ANEXO B), a qual será o objeto de estudo do trabalho.

No primeiro capítulo serão apresentadas as teorias de desenvolvimento que servirão como base para as análises feitas posteriormente. Os autores aqui relacionados serão divididos segundo a abordagem geral de suas teorias, ou seja, o enfoque no crescimento equilibrado e desequilibrado.

No segundo capítulo será feita uma análise das características da Região Funcional 2, principalmente no que diz respeito aos índices de crescimento econômico e social. A comparação dos números da região com a média do estado terá destaque, para que se tenha ideia do nível de desenvolvimento relativo da região.

No terceiro e último capítulo serão abordadas as propostas do governo do estado para o desenvolvimento regional. Será possível classificar as propostas de acordo com as teorias relatadas na primeira parte do trabalho e, ainda, apontar possíveis melhorias no planejamento, estruturando a análise de acordo com as características e os resultados históricos da região.

1 TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO: CRESCIMENTO EQUILIBRADO E DESEQUILIBRADO

Serão apresentadas sucintamente nesta parte as diferentes teorias que guiarão o tema do trabalho. Para uma melhor apresentação, as ideias serão divididas em dois pontos principais: Teoria do Crescimento Equilibrado e Teoria do Crescimento Desequilibrado. A subdivisão será de acordo com as diferentes abordagens dos autores. As ideias de Rosenstein-Rodan e Nurkse guiarão o tópico do crescimento equilibrado e os argumentos de Perroux, Hirschmann e Myrdal o do crescimento desequilibrado.

1.1 TEORIA DO CRESCIMENTO EQUILIBRADO

A estratégia de crescimento equilibrado tem por objetivo fazer investimentos em diversas áreas ao mesmo tempo a fim de criar, simultaneamente ao crescimento da indústria, um mercado consumidor capaz de absorver a alta da produção. Segundo os defensores desta ideia, um empreendimento que não seria viável se fosse feito individualmente, pode obter sucesso se for associado a um conjunto de empreendimentos. A ideia básica é fomentar o mercado interno para que haja um suporte para a indústria e o comércio nascente.

1.1.1 Paul N. Rosenstein-Rodan – Teoria do Grande impulso

Rosenstein-Rodan foi o precursor da ideia do “grande impulso” (*Big Push*), ou seja, promover um conjunto de investimentos em diversas indústrias diferentes, para que a nova mão-de-obra gerada constitua também o mercado consumidor para as novas atividades industriais. Esta teoria tem grande relação com a lei de Say, que diz que para toda oferta há uma demanda correspondente.

A estratégia exige grande investimento em treinamento de mão-de-obra, pois é o aumento do número de trabalhadores qualificados que faz com que aumente o mercado consumidor. Segundo Souza (2005, p. 177):

A principal vantagem de sua proposta consistia em uma industrialização baseada no consumo, o que seria feito, portanto, sem sacrifícios da população, e no desenvolvimento da indústria com altos coeficientes de trabalho.

Rosenstein-Rodan fez um estudo sobre os problemas de industrialização da região do leste europeu, que foi publicado no *The Economic Journal* no ano de 1943. Ele apontava esta questão como sendo de interesse global, afinal, para que houvesse uma distribuição de renda mais equitativa em âmbito mundial, haveria de se incentivar o desenvolvimento das regiões mais pobres.

Esta dificuldade de industrialização da região seria resolvida ajustando a Europa do leste à economia mundial. Segundo o autor, isto criaria um novo mercado produtor e consumidor, o qual não acarretaria severas modificações no âmbito da divisão internacional do trabalho. Isto faria com que se criasse, ao fim do processo, mais produto e mais riqueza para todos.

A ideia era criar um mercado com mão de obra nova (advinda da grande massa de desempregados) sem perturbar a atividade comercial mundial. O primeiro passo para isso seria qualificar a mão de obra. Este papel seria do Estado, já que para os empresários privados isto não se tratava de um investimento lucrativo. Ademais, para a industrialização ocorrer em larga escala, seria essencial a complementação das diferentes indústrias.

Rosenstein-Rodan defende a ideia de que para gerar o desenvolvimento de uma região, de nada adianta empregar uma grande quantidade de trabalhadores em uma única empresa. Afinal, os salários seriam gastos com produtos e serviços importados de outras regiões. Se, ao contrário, a mesma quantidade de pessoas fosse empregada em diversas indústrias diferentes, seria assim criado um mercado novo com expansão da renda e da produção regional e mundial.

O autor reconhece que “a principal força propulsora do investimento é a expectativa de lucro do empresário individual” (ROSENSTEIN-RODAN, 1943, p.

270), porém, defende a coordenação estatal dos investimentos nacionais e estrangeiros. Para ele, se o processo de industrialização das áreas deprimidas tivesse de depender inteiramente do incentivo normal dos empresários privados, o desenvolvimento seria “mais lento, a taxa de investimento mais baixa e (consequentemente) a renda nacional menor” (ROSENSTEIN-RODAN, 1943, p. 270). A justificativa é que a iniciativa privada não equilibra seus investimentos, e acaba distribuindo o capital em proporções diferentes em diversas áreas. Isto faz com que o resultado final esteja sempre abaixo do ótimo.

O capital (nacional e internacional) destinado para investimento deve ser alocado, primordialmente, em indústrias básicas, assim, segundo Rosenstein-Rodan (1943) o efeito multiplicador normal levará naturalmente a uma crescente industrialização. Contudo, há uma grande preocupação quanto ao pagamento dos empréstimos internacionais que financiariam este “grande impulso”. Para isso, as exportações seriam estrategicamente dirigidas para os países credores, a fim de minimizar os juros a serem pagos.

1.1.2 Ragnar Nurkse – Círculo vicioso do subdesenvolvimento

Nurkse desenvolve a ideia do círculo vicioso do subdesenvolvimento, que é relatado segundo Souza (2005, p. 178):

(...) a acumulação insuficiente de capital gera lento crescimento econômico e não eleva a produtividade dos fatores; estes, por sua vez, provocam baixos níveis de renda e poupança, reduzido mercado interno, altos custos médios e baixa taxa de lucro. A exígua propensão marginal a investir resultante fecha o círculo vicioso do subdesenvolvimento, o que vai gerar acumulação insuficiente de capital.

O problema central para Nurkse, visto sob a ótica da demanda, é que o baixo nível de consumo de uma economia pobre faz com que a propensão a investir também seja baixa, colaborando com o círculo vicioso. Desta forma, haveria de se expandir o mercado interno para que houvesse expansão da oferta e demanda de

bens de consumo e, portanto, aumento robusto e sustentável do mercado doméstico.

Nurkse fala que o capital investido deve ser distribuído proporcionalmente entre as diversas indústrias, pois o investimento só terá bom retorno se for empreendido em um determinado número de indústrias complementares. O autor destaca que a produção deve acompanhar a demanda e não provocar pressões no mercado. Assim o crescimento da atividade produtiva deve ser feito de maneira equilibrada, acompanhando a necessidade dos consumidores.

A solução para o crescimento passaria por um grande nível de investimento em diversas frentes, que poderia romper com o círculo vicioso. Isto faria com que houvesse geração de empregos, aumento da produção, maiores investimentos e, além disso, elevação da produtividade. Para que esse investimento maciço ocorra, deve haver tanto a injeção de capital público – descrito pelo autor como investimento “autônomo” – quanto a de capital privado – que recebe o nome de investimento “induzido” (motivado pela demanda do mercado). Segundo Nurkse, além da necessidade de incentivar o investimento com capital nacional, deve-se ativar o mercado interno para que sirva de atrativo para mais investimentos vindos de fora.

Do ponto de vista da oferta, quando trata da formação de capital para o desenvolvimento econômico, Nurkse (1953, p. 284) comenta: “as relações circulares vão do baixo nível de renda para a escassa capacidade de poupança e daí para a falta de capital e para a conseqüente baixa produtividade.”

Visto desta maneira, se torna evidente que, para haver um aumento da poupança e do investimento, o país precisa necessariamente ter um nível maior de renda, que só é atingido com aumento de produtividade dos trabalhadores. Em uma publicação no *The Journal of International Trade and Economic Development*, Jacob Viner (1953, p. 54) segue a mesma linha e acrescenta: “Num país pobre a acumulação interna de capital é lenta. A renda é a fonte da poupança. Logo, quando a renda per capita é baixa, a taxa anual de poupança per capita também tende a sê-lo.”

Porém, os problemas relacionados com a formação de capital vão além de um aumento do nível de renda absoluto do país como determinante para a

capacidade de poupança. O nível de renda relativo quando comparado ao de países economicamente adiantados, pode demonstrar uma tendência à queda no nível de poupança. Isto acontece, segundo Nurkse, pois as nações mais pobres tendem a elevar a propensão geral ao consumo quando há aumento do nível de renda. Este aumento do consumo reduz a capacidade de poupança e enfraquece a balança de pagamentos.

Em diversos casos, a prosperidade de um país vem a contribuir para o crescimento dos outros, porém em outros casos, como aponta Nurkse (1953, p. 286) “ele impõe uma pressão maior sobre os países com renda relativamente baixa para que consumam uma proporção elevada dela”. O autor ainda fala que estas disparidades internacionais da renda acarretam não só problemas no balanço de pagamentos, mas também grandes dificuldades para a formação de capital nos países mais pobres

Segundo Nurkse, o ponto chave para o fim do ciclo vicioso do subdesenvolvimento está na propensão marginal a poupar dos países pobres. A solução estaria em extrair mais poupança da renda nacional, o que não significa tão somente aumentar o nível de renda ou obter incentivos internacionais, pois, como conclui Nurkse (1953, p. 291): “Ainda que se possa dispor dos recursos externos, estes não são suficientes, uma vez que não proporcionam automaticamente solução para o problema da acumulação de capital nas áreas subdesenvolvidas.”

1.2 TEORIA DO CRESCIMENTO DESEQUILIBRADO

A estratégia de crescimento desequilibrado consiste, basicamente, em investir de forma concentrada em poucos setores industriais para que estes desencadeiem um crescimento maior da economia na região. Os defensores desta teoria se baseiam na ideia de concentração do investimento para maximizar o retorno e não pulverizar os escassos recursos disponíveis.

1.2.1 François Perroux – Pólos de crescimento

Perroux apresenta a ideia dos pólos de crescimento para justificar que os investimentos devam ser concentrados nestes centros a fim de que se observe, posteriormente, o efeito de indução destas injeções de capital. Para ele o crescimento não aparece em todas as partes ao mesmo tempo, e sim tem início em alguns pontos para então se expandir para outros. Os resultados deste crescimento são variáveis em sua intensidade e abrangência.

Os pólos de crescimento são compostos por indústrias motrizes (empresas líderes, inovadoras, com grande poder de mercado) que, de acordo com Perroux (1977, p. 147), “apresentam, durante períodos determinados, taxas de crescimento de seu próprio produto mais elevadas que a taxa média de crescimento do produto industrial”. Estas empresas têm o poder de desencadear o crescimento de outras ao seu redor, que são denominadas indústrias movidas. Isto se dá devido ao amplo poder de mercado que tem estas indústrias principais.

“A indústria motriz pode aumentar suas vendas para utilizar plenamente, e do melhor modo, os seus capitais fixos, isto é, para trabalhar sobre pontos cada vez mais baixos da sua curva de custos” (PERROUX, 1977, p. 152). Isso faz com que diminua os custos e aumente as vendas de todas as indústrias ao seu redor, de modo que haja um aumento geral das vendas do mercado maior que o aumento de suas próprias vendas.

O incentivo ao investimento concentrado nestas firmas é fator fundamental para o maior crescimento de uma região ou país, pois os efeitos do encadeamento levam ao desenvolvimento da economia, como explica Perroux (1977, p. 153):

Existem indústrias que constituem pontos privilegiados de aplicação das forças ou dinamismos de crescimento. Quando essas forças provocarem aumento das vendas de uma indústria-chave, provocarão também, expansão e crescimento, de grande vulto, no conjunto mais amplo.

Os efeitos benéficos do aparecimento e crescimento destas empresas inovadoras geram um ciclo de novos investimentos. Isto provoca modificações da estrutura e do funcionamento da sociedade, pois acabam por desencadear um efeito

desestabilizante na economia. Uma inovação bem sucedida gera desigualdades de ganhos em favor da empresa inovadora, porém isto gera imitações que propagam o crescimento e melhoram o resultado da economia como um todo.

Quando este surto de novos investimentos gera uma aglomeração de indústrias isto provoca uma intensificação das atividades econômicas. De acordo com Perroux estes pólos industriais, se forem bem estruturados e fortes, podem modificar toda a estrutura da economia nacional. Esta proximidade entre uma empresa e outra, além de diminuir os custos e aumentar a produção, ainda facilita as ligações insumo-produto e colabora para mais contatos humanos, seja para mão de obra, ou para aumento do mercado consumidor.

Para efeitos mais amplificados, no longo prazo, “quando dois desses centros forem postos em comunicação por vias de transportes e vias intelectuais, verificar-se-ão mudanças de grande alcance nos horizontes econômicos e nos planos de produtores e consumidores” (PERROUX, 1977, p. 154). Assim se dá a propagação do crescimento segundo a ideia do autor, ao contrário da distribuição e diluição do investimento em diversos pontos, ocorre a concentração de capital em pólos de crescimento, de onde se irradiam, em seguida, correntes de trocas.

1.2.2 Albert O. Hirschmann – Crescimento sequencial

A teoria de Hirschmann gira em torno dos desequilíbrios do mercado. Segundo o autor, eles são inerentes à economia e constituem, por si só, poderosas engrenagens propulsoras do crescimento. Estes desequilíbrios são provocados, basicamente, por uma inovação na produção, ou injeção de capital, e são absorvidos pelo mercado através de uma diminuição dos custos de produção e aumento expressivo das vendas.

O desequilíbrio inicial do mercado seria readequado com o tempo através de uma nova alocação de recursos, como relata Hirschmann (1983, p. 23):

(...) um desequilíbrio inicial, causado pelo crescimento maior de um setor ou subsetor, colocaria em movimento forças – como mudanças de preços relativos ou políticas governamentais em resposta a clamores contra a escassez gerada – que tenderiam a eliminar aquele desequilíbrio.

A ideia básica da teoria de Hirschmann, portanto, está nas tensões e desequilíbrios provocados no mercado, que modificam a estrutura anterior e passam a se adequar a uma nova estrutura. Estas pressões e instabilidades é que induzem o aumento do investimento e, conseqüentemente, o crescimento da economia. Desta forma, a solução para o desenvolvimento das regiões atrasadas está nos processos sequenciais e não nas soluções simultâneas.

Segundo o autor, um país pobre não dispõe dos recursos necessários para investimentos de grande vulto em diversas áreas ao mesmo tempo, desta forma o investimento deve ser localizado. Sua defesa ao desenvolvimento desequilibrado se embasa na ideia de que “um progresso ocorrido em um ponto provoca pressões, tensões e coerções ao crescimento de outros pontos” (HIRSCHMANN, 1977, p. 36), portanto a alocação de recursos de forma concentrada traria muito mais retorno do que um investimento pulverizado em diversos setores ao mesmo tempo. Hirschmann incentiva o investimento em atividades diretamente produtivas, através das indústrias com maiores efeitos de encadeamento.

Uma das preocupações quanto aos efeitos causados por esta concentração dos investimentos era quanto a fluência e transmissão do crescimento para outras regiões. Quando se desenvolve um ou vários centros regionais economicamente fortes é previsível que o progresso se espalhe para outras áreas, porém, se houver concentração destes centros na mesma área há uma tendência ao enfraquecimento das forças de transmissão do crescimento.

As políticas devem ser adotadas de forma a coibir repercussões adversas que o desenvolvimento de uma região possa causar em outra, e incentivar as induções do crescimento. Os efeitos positivos que o crescimento de uma região pode provocar em outra são diversos. Hirschmann relata em seus estudos que o progresso de uma localidade pode desencadear um aumento das compras e investimentos da outra, se as duas economias forem complementares. Além disso, a região que conta com um crescimento mais acelerado, pode absorver parte do

desemprego de outra, aumentando a produtividade marginal do trabalho e os níveis de consumo per capita da região atrasada.

Por outro lado, os efeitos desfavoráveis podem ser vistos de forma muito frequente. Uma região pode sofrer forte depressão do seu nível industrial devido à concorrência e à ineficiência da sua produção, quando comparada com a região desenvolvida. Esses efeitos adversos podem vir a prejudicar não só uma parte isolada de um país, mas sim a nação como um todo, seja através da diminuição da renda total, ou então pelo aumento da desigualdade.

O efeito negativo mais sério, de acordo com Hirschmann, está na questão da migração interna. Ao contrário da tendência a absorver o desemprego da região atrasada, o que pode ocorrer é a região que experimenta um crescimento acelerado atrair a mão-de-obra mais qualificada das outras regiões. Isto provocaria maior depreciação e estagnação da localidade que se encontra em situação desfavorável.

Segundo o autor, nestas situações, o Estado tem papel fundamental na adoção de políticas econômicas que minimizem os efeitos negativos desta polarização. Além disso, devem-se adotar práticas que potencializem os efeitos de fluência do crescimento.

Hirschmann critica a ideia dos governos dos países subdesenvolvidos em geral, de dispersar os investimentos entre numerosos projetos de pequeno vulto. Segundo ele, há um grande interesse político por trás dessa atitude, tendo em vista que os governos precisam de apoio de todas as regiões do país. Dessa forma, “existe uma tendência muito forte em se dispersar, por toda a parte, o esforço de investimento” (HIRSCHMANN, 1977, p. 43).

A situação ideal seria, em um primeiro momento, o governo financiar e/ou incentivar projetos de grande escala para desenvolver pontos-chave de um país e, posteriormente, equilibrar as forças do mercado como vemos no comentário de Hirschmann (1977, p. 46):

O governo tentará, da melhor maneira possível, contrabalançar, em parte, os efeitos de polarização que resultam da operação das forças do mercado. Para tal, procurará contrabalançar a emigração do capital e de talentos para

o Norte¹, por meio da organização de um igual fluxo em direção oposta, e procurará compensar as vantagens locacionais do Norte, oferecendo vantagens tributárias especiais ou criando, no Sul², economias externas semelhantes, através dos investimentos públicos.

1.2.3 Gunnar Myrdal – Causação circular

Myrdal chama a atenção para um círculo vicioso que acontece na economia tanto no sentido da pobreza como da riqueza, ao que o autor dá o nome de “causação circular acumulativa”. O autor faz uma abordagem semelhante à de Nurkse, alegando que o círculo vicioso pode desencadear-se tanto no sentido descendente como ascendente. A relação circular poderia ocorrer, segundo ele, no sentido do progresso, o que desencadearia “menos pobreza, mais alimento, melhor saúde, mais alta capacidade de trabalho” (MYRDAL, 1972, p. 32) e assim sucessivamente. Isto manteria o processo acumulativo em ascensão.

A visão central da teoria de Myrdal é de que a economia é formada por uma cadeia de desequilíbrios, de maneira que “o sistema não se move, espontaneamente, entre forças, na direção de um estado de equilíbrio, mas, constantemente, se afasta dessa posição” (MYRDAL, 1972, p. 34).

Um exemplo do autor para demonstrar tal constatação é de uma empresa alocada em uma dada região que impulsiona o desenvolvimento local. A quantidade de empregos aumenta, elevando assim a renda da população, o que provoca um acréscimo na demanda por produtos e serviços. Este processo atrai capital externo e mão de obra nova, que servirão como novos propulsores do desenvolvimento. Todos os efeitos são interligados e a corrente do crescimento se propaga. Dessa forma, “os lucros em elevação aumentam as poupanças, ao mesmo tempo que elevam, ainda uma vez, a demanda e o nível de lucros” (MYRDAL 1972, p. 50).

Da mesma forma, os desencadeamentos podem ocorrer no sentido contrário, como se observa em uma situação relatada pelo autor. No exemplo, uma indústria,

¹ Região desenvolvida

² Região subdesenvolvida

que emprega elevado número de trabalhadores, se extingue de uma hora para outra devido a um incêndio. O efeito imediato seria a empresa parar de operar e os trabalhadores ficarem desempregados. Com isso haveria uma diminuição geral da renda e da demanda. Essa diminuição, por sua vez, causaria desemprego e arrefecimento da atividade de diversas outras empresas cujos produtos eram vendidos à extinta firma e seus empregados.

Estes desequilíbrios constantes do mercado provocam, portanto, efeitos “propulsores” e “regressores” na sociedade, conforme denominação do autor. Fatores como a migração, o movimento de capital e o comércio são os principais desencadeadores destes efeitos, pois são “os meios pelos quais o processo acumulativo se desenvolve” (MYRDAL, 1972, p. 53).

Os efeitos regressores podem contribuir para um agravamento das desigualdades apresentadas entre duas regiões de um mesmo país. Quanto à migração, um dos efeitos regressores causados por ela é quando uma região mais desenvolvida atrai a mão de obra de uma região mais atrasada, provocando migração em massa. Isso favorece as cidades de maior crescimento e prejudica as outras, que perdem seus trabalhadores mais qualificados.

Os movimentos de capital tendem a seguir o mesmo caminho, sendo atraídos para as regiões mais prósperas. “Nos centros de expansão, o aumento da demanda dará um impulso ao investimento que, por sua vez, elevará as rendas e a procura, e causará um segundo fluxo de investimentos, e assim por diante” (MYRDAL, 1972, p. 54). Já nas regiões mais atrasadas, ocorre uma crescente diminuição dos investimentos, o que provoca queda na renda, na demanda, e assim um declínio de toda a atividade produtiva.

Em contraponto aos efeitos regressivos, estão os efeitos propulsores, que se propagam de maneira centrífuga, estimulando o desenvolvimento de outras regiões. Estas cidades que crescem impulsionadas pela expansão da indústria e comércio de outra, podem, posteriormente, vir a ser os novos centros de expansão econômica, desde que, “o movimento expansionista seja bastante forte para superar os ‘efeitos regressivos’ provenientes dos centros mais antigos” (MYRDAL, 1972, p. 59).

As regiões que se concentram na produção de matérias-primas, destinadas ao abastecimento das indústrias dos centros, tendem a usufruir destes efeitos propulsores. Segundo Myrdal, quando há grande expansão da produção dos centros, o mercado destas outras localidades pode ser beneficiado fortemente. Isto ocorre de tal maneira a empregar grande quantidade de trabalhadores e assim estimular até mesmo o mercado de bens de consumo.

A tendência a desigualdades regionais tanto mais se agrava quanto mais pobre for um país. Por outro lado, quanto maior o nível de desenvolvimento, mais forte são os efeitos propulsores, haja vista as condições sociais e econômicas de que dispõem os países mais ricos, como destaca Myrdal (1972, p. 62):

Um alto nível médio de desenvolvimento é acompanhado de melhores transportes e comunicações, padrões educacionais mais elevados e uma comunhão mais dinâmica de ideias e valores, todos propensos a robustecer as forças para a difusão centrífuga da expansão econômica ou a remover os obstáculos à sua atuação.

Em síntese, a ideia principal do autor é de que o impulso inicial dado nos centros de expansão é fundamental para a propagação do crescimento em maior escala. Em outras palavras, quando surge um grande investimento de modo a modificar a estrutura do mercado, todas as mudanças posteriores tendem sempre a pôr em movimento o sistema na direção da mudança inicial, ou seja, na direção do crescimento.

1.3 SÍNTESE DAS TEORIAS DE CRESCIMENTO

Todas as teorias aqui abordadas têm um objetivo central, qual seja, o de promover o crescimento de um país ou região. A ideia deste crescimento e desenvolvimento é de sobrepor o atraso e dar melhores condições de vida à população como um todo.

Para que isso ocorra de forma satisfatória, a primeira abordagem – a do crescimento equilibrado – propõe a injeção maciça de capital em diversas frentes

simultaneamente. Desta forma se processa um crescimento pleno, onde a intensificação da atividade produtiva gera seu próprio mercado consumidor. Para Rosenstein-Rodan é imprescindível que haja um grande investimento em diversas indústrias diferentes para que haja a sobreposição da situação de subdesenvolvimento. Do contrário, pequenas iniciativas não moveriam a situação de inércia da economia.

Segundo a mesma vertente, Nurkse aponta que o problema principal é o nível baixo de renda de uma região atrasada. Assim a demanda é fraca e os investimentos também. E o autor segue o mesmo caminho de Rosenstein-Rodan, incentivando o investimento homogêneo, para então aumentar o mercado interno.

Na segunda abordagem – do crescimento desequilibrado – o foco principal é o crescimento provocando desigualdades regionais. O investimento, quando é feito de forma pontual, acaba desenvolvendo certas regiões em detrimento de outras. Porém, isto gera um desencadeamento de forças e reações de diversas áreas e setores. De acordo com Oliveira (2008, p. 5): “algumas regiões tendem a ficar estagnadas, diante da concorrência com a região em expansão; outras, no entanto, crescem, em virtude do caráter complementar de sua economia com a região central”.

Para Perroux, os pólos de crescimento constituem peças fundamentais para o desencadeamento do crescimento. Quando o investimento é feito de forma concentrada em uma indústria-chave o efeito é potencializado, irradiando o crescimento para outras indústrias.

De maneira semelhante, Hirschmann fala dos desequilíbrios da economia como engrenagens para o desenvolvimento. Segundo sua teoria, deve-se concentrar os investimentos nas indústrias com maior poder de encadeamento, e o papel principal do Estado seria intensificar as induções do crescimento, assim como reequilibrar as diferenças entre as regiões.

É importante destacar a ideia de Myrdal sobre o crescimento desequilibrado, que tem como ponto chave a continuidade dos movimentos da economia, sejam eles ascendentes ou descendentes. Segundo o autor, as reações sequenciais não são

desencadeadas de forma homogênea em todas as regiões, pelo contrário, os desequilíbrios tendem a se agravar devido a suas características cumulativas.

Os efeitos propulsores e regressores, apontados por Myrdal, são os responsáveis por estas diferenças de desenvolvimento das economias, e eles se expressam, basicamente, através dos fluxos de bens e serviços, capital e migração de pessoas.

Segundo a vertente do crescimento desequilibrado, o processo de desigualdade inter-regional ocorre, dentre outros motivos, porque a região que primeiro apresenta sinais de crescimento passa a usufruir de incentivos do Estado para a continuação do progresso. Isto acontece, basicamente, através da melhoria da infraestrutura da região, incentivos fiscais, etc. Quando este processo desequilibrante atinge níveis insustentáveis para as localidades atrasadas, há um remanejamento dos investimentos estatais para estas áreas, a fim de equilibrar novamente as forças. Isto se vê de maneira muito clara na teoria de Hirschmann, sobre o crescimento sequencial.

Em resumo, o crescimento equilibrado pressupõe que as forças de mercado, por si só, eliminem as desigualdades regionais. As ligações comerciais entre as regiões, segundo esta teoria, acabam por equipará-las economicamente ao longo do tempo. Além disso, há uma forte ligação desta teoria com a lei de Say, que sustenta que uma variação na oferta gera uma variação na demanda no mesmo sentido. Isto para justificar que “a instalação simultânea de um grupo de indústrias em uma região teria o poder de gerar mercado suficiente para consumir a produção ofertada” (MOTTA, 1999, p. 10).

Em contrapartida, a ideia do crescimento desequilibrado, segundo os três autores analisados, aponta que os desequilíbrios são inerentes ao processo de desenvolvimento. Hirschmann (1961) expressa de maneira muito clara essa visão ao relatar que o progresso econômico não ocorre ao mesmo tempo em toda a parte e nem no mesmo ritmo em zonas diferentes, portanto cabe ao Estado atenuar aqueles efeitos regressivos prejudiciais a algumas regiões e adotar políticas que potencializem o crescimento.

2 A REGIÃO FUNCIONAL 2

Neste capítulo serão apresentadas as principais características da Região Funcional 2. Sobre ela serão abordados os aspectos econômicos e sociais, a fim de se observar o grau de desenvolvimento que se encontra a região, fazendo ainda uma comparação com outras partes do estado. Para tanto, serão utilizados dados disponibilizados no site da Fundação de Economia e Estatística (FEE), organizados de maneira que fique mais clara sua visualização e comparação.

2.1 OS COREDES E A CRIAÇÃO DA REGIÃO FUNCIONAL 2

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), criados oficialmente pela Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994, foram uma forma que o governo do estado à época encontrou para melhor organizar e discutir as políticas de desenvolvimento que deveriam ser adotadas em cada região do estado, e também obter maior aproveitamento dos recursos destinados para cada região.

Os principais objetivos dos COREDEs, segundo a Secretaria do Planejamento e Gestão, são:

- a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável;
- a integração dos recursos e das ações do governo na região;
- a melhoria da qualidade de vida da população;
- a distribuição eqüitativa da riqueza produzida;
- o estímulo a permanência do homem na sua região;
- a preservação e a recuperação do meio ambiente.

A divisão regional, inicialmente composta por 21 regiões, foi alterada ao longo do tempo, e hoje o estado conta com 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento.

No ano de 2006 o governo do estado, através da Secretaria de Coordenação e Planejamento, contratou o Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC para elaborar um estudo sobre o ordenamento territorial e a logística de transportes do estado. Deste estudo teve origem o Rumos 2015, um relatório que visa planejar o desenvolvimento regional num período de tempo de dez anos, compreendido entre 2005 e 2015.

Uma das ideias contidas neste relatório foi “dividir” o estado em Regiões Funcionais de Planejamento, com o intuito de agrupar os COREDEs que mais se interligavam, através de critérios de proximidade, homogeneidade econômica, rede de transportes, rede de ensino, etc. Segundo estes critérios de subdivisões territoriais, foram criadas nove Regiões Funcionais, sendo a de número 2 a que será tratada neste estudo. A Região Funcional 2 compreende os COREDEs do Vale do Taquari³ (ANEXO C) e Vale do Rio Pardo⁴ (ANEXO D).

2.2 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA REGIÃO

A Região Funcional 2 é formada pelos COREDEs do Vale do Taquari e Vale do Rio Pardo e está situada na zona centro-leste do estado do Rio Grande do Sul, tendo grande proximidade com a Região Metropolitana de Porto Alegre, Vale do Rio dos Sinos e Serra (pontos que concentram boa parte da indústria e população gaúcha). Desta forma ela se configura como uma região de transição, pois tem, ao mesmo tempo, uma forte ligação com a região de mais intensa urbanização do estado, e ainda tem uma vasta área agrícola que se estende mais para o interior do Rio Grande do Sul.

³ Composto por 36 municípios: Anta Gorda, Arroio do Meio, Arvorezinha, Bom Retiro do Sul, Canudos do Vale, Capitão, Colinas, Coqueiro Baixo, Cruzeiro do Sul, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Encantado, Estrela, Fazenda Vila Nova, Forquetinha, Ilópolis, Imigrante, Lajeado, Marques de Souza, Muçum, Nova Bréscia, Paverama, Poço das Antas, Pouso Novo, Progresso, Putinga, Relvado, Roca Sales, Santa Clara do Sul, Sério, Tabaí, Taquari, Teutônia, Travesseiro, Vespasiano Correa e Westfalia.

⁴ Composto por 23 municípios: Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz.

A base agrícola é composta basicamente da plantação do fumo, mandioca, milho, arroz e soja. Cabe um destaque para a produção do fumo, que tem quase a totalidade da produção gaúcha concentrada nesta região.

O transporte de produtos é feito basicamente através de ferrovias e rodovias, com maior destaque para a última. A região é cortada por duas grandes estradas (BR-386 e BR-290), que são rotas importantes de mercadorias transacionadas com o Mercosul.

Em termos de participação estadual, o PIB da Região Funcional 2 é responsável por uma fatia de 7,06% do PIB do estado (FEE, 2006). Os 59 municípios que compõe a região abrangem 6,42% do território gaúcho. A população total é 744.564 habitantes, o que corresponde a uma parcela de 6,89% da população estadual, segundo dados da FEE de 2009.

Sua área urbana de maior atividade econômica se desenvolve em torno dos dois principais centros da região, que são as cidades de Santa Cruz do Sul e Lajeado.

2.3 ANÁLISE COMPARATIVA

Para ter uma ideia mais real da situação econômica e social da Região Funcional 2 é importante fazer uma comparação com as outras regiões do estado e com o próprio crescimento médio do conjunto das regiões. Assim visualiza-se de maneira mais clara se há crescimento relativo da economia e arrefecimento das desigualdades regionais ao longo do tempo.

Cabe um destaque, primeiramente, às duas principais cidades da região, Santa Cruz do Sul e Lajeado. Pela observação da Tabela 1 nota-se que a rede urbana das cidades aumentou gradativamente ao longo do período proposto, apontando uma tendência maior à industrialização e concentração populacional nos centros. A cidade de Santa Cruz do Sul, no ano de 2006, contava com 87,79% de taxa de urbanização (porcentagem da população da área urbana em relação à

população total), mantendo uma pequena parcela da população no meio rural. Lajeado por sua vez, no último ano de levantamento dos dados, apresentou praticamente a totalidade dos seus habitantes no meio urbano.

Tabela 1 - Urbanização

Ano	Santa Cruz do Sul			Lajeado		
	Pop. Total	Pop. Urb.	Tx. Urb.	Pop. Total	Pop. Urb.	Tx. Urb.
1999	106.351	91.685	0,8621	63.133	58.449	0,9258
2000	107.632	93.786	0,8714	64.133	60.189	0,9385
2001	108.952	95.056	0,8725	60.876	60.452	0,993
2002	110.210	96.275	0,8536	61.951	61.556	0,9936
2003	111.415	97.450	0,8747	63.038	62.672	0,9942
2004	112.564	98.578	0,8758	64.130	63.795	0,9948
2005	113.693	99.692	0,8769	65.239	64.936	0,9954
2006	114.787	100.777	0,8779	66.341	66.071	0,9959

Fonte: FEE, adaptado pelo autor.

Na Tabela 2 observa-se a evolução do PIB dos dois municípios. Santa Cruz do Sul, ao longo da série, aumentou gradativamente seu produto, porém, nos anos de 2000, 2001, 2003 e 2006 obteve um decréscimo de sua participação no PIB da região do Vale do Rio Pardo. No ano de 2006 a soma dos bens e serviços produzidos na cidade foi responsável por 44,99% de todo o PIB do Vale do Rio Pardo.

Lajeado, por sua vez, apresentou uma diminuição na sua participação do PIB regional entre 1999 e 2002, porém nos anos posteriores aumentou sua representatividade, e em 2006 respondeu por 26,85% do PIB do Vale do Taquari. Ainda, pode-se juntar a isso, o fato de as duas cidades juntas concentrarem 25,03% da população e 37,06% do PIB da Região Funcional 2, segundo dados da FEE de 2006. Estes números demonstram a grande importância destes municípios para a economia da região.

Tabela 2 – PIB (em mil R\$)

Ano	Santa Cruz do Sul	Vale do Rio Pardo	Partic.	Lajeado	Vale do Taquari	Partic.
1999	1.441.718	2.975.560	48,45%	568.595	2.406.395	23,63%
2000	1.408.950	3.047.734	46,23%	623.548	2.667.993	23,37%
2001	1.659.856	3.680.042	45,10%	651.005	2.830.505	23,00%
2002	1.975.768	4.327.272	45,66%	773.774	3.454.631	22,40%
2003	2.303.443	5.146.074	44,76%	934.199	3.982.448	23,46%
2004	2.803.075	5.805.747	48,28%	1.109.222	4.409.587	25,15%
2005	2.849.688	5.861.711	48,62%	1.183.686	4.496.783	26,32%
2006	2.803.260	6.230.849	44,99%	1.299.181	4.839.237	26,85%

Fonte: FEE, adaptado pelo autor.

Após uma pequena abordagem das principais cidades da região, observa-se na Tabela 3 a evolução do PIB per capita regional em comparação com os valores do Rio Grande do Sul. O PIB per capita é um ótimo indicador, pois dá uma boa noção do nível de vida da população, ainda que não leve em conta a distribuição de renda.

Na Tabela 3 observa-se que o Vale do Taquari apresenta, desde 1999, um PIB per capita acima da média estadual, demonstrando grande capacidade produtiva se comparada a outras regiões do estado. O Vale do Rio Pardo, nos primeiros anos da série, esteve abaixo da média, porém obteve uma boa melhora nos últimos anos. Em 2007 o Vale do Taquari e o Vale do Rio Pardo ficaram na 6ª e 8ª posições, respectivamente, no ranking dos maiores PIBs per capita do estado. Uma boa posição, porém muito distante da expressiva soma da região da Serra, primeira colocada do ranking, com R\$22.561 (FEE, 2007). Em outras palavras, a Serra apresenta um PIB per capita 32,34% maior que o Vale do Taquari e 40,04% maior que o Vale do Rio Pardo.

Tabela 3 - PIB per capita (em R\$)

Ano	Vale do Taquari	Vale do Rio Pardo	Rio Grande do Sul
1999	7.457	7.162	7.299
2000	8.290	7.306	7.978
2001	8.949	8.796	8.900
2002	10.507	10.197	10.057
2003	11.984	12.020	11.742
2004	13.801	14.118	12.850
2005	13.916	14.120	13.298
2006	14.811	14.871	14.305
2007	17.047	16.110	16.689

Fonte: FEE, adaptado pelo autor.

Um aspecto levado em consideração para se averiguar a real situação de desenvolvimento de uma localidade é a expectativa de vida. Estão implícitos neste índice as condições de acesso à saúde da população, o saneamento, a criminalidade, etc. A Tabela 4 mostra a disparidade entre as duas regiões examinadas. Enquanto o Vale do Taquari figura na 4^a posição entre as regiões com maior expectativa de vida do Rio Grande do Sul, o Vale do Rio Pardo amarga a incômoda penúltima colocação, bem abaixo da média estadual.

Tabela 4 - Expectativa de vida

Ranking	COREDE	Expectativa de vida 2000 (anos)
1º	Vale do Caí	75,12
2º	Serra	74,59
3º	Fronteira Noroeste	73,87
4º	Vale do Taquari	73,61
5º	Litoral	73,34
6º	Paranhana-Encosta da Serra	73,23
7º	Alto Jacuí	73,21
8º	Hortênsias	73,21
9º	Norte	72,85
10º	Central	72,82
11º	Missões	72,08
12º	Metropolitano Delta do Jacuí	72,07
	Rio Grande do Sul	72,05
13º	Vale do Rio dos Sinos	71,76
14º	Fronteira Oeste	71,57
15º	Médio Alto Uruguai	71,25
16º	Produção	71,21
17º	Centro-Sul	71,02
18º	Noroeste Colonial	71,00
19º	Campanha	70,86
20º	Nordeste	70,78
21º	Vale do Rio Pardo	70,58
22º	Sul	69,54

Fonte: FEE, adaptado pelo autor.

A educação é outro fator que influencia fortemente a situação de desenvolvimento de todas as regiões. A taxa de analfabetismo de todos os COREDEs, mostrada na Tabela 5, revela um abismo entre o menor e o maior índice visto no estado. O Vale do Rio Pardo, mais uma vez, aparece entre os piores números, com 9,49% da população sem saber ler e escrever. Já o Vale do Taquari está muito próximo da média estadual, na sétima colocação entre os 22 COREDEs estudados.

Tabela 5 - Analfabetismo

Ranking	COREDE	Taxa analfabetismo 2000 (%)
1º	Serra	4,26
2º	Metropolitano Delta do Jacuí	4,36
3º	Vale do Rio dos Sinos	4,80
4º	Vale do Caí	4,91
5º	Fronteira Noroeste	6,15
6º	Paranhana-Encosta da Serra	6,34
	Rio Grande do Sul	6,65
7º	Vale do Taquari	6,73
8º	Norte	6,80
9º	Hortênsias	6,83
10º	Produção	7,42
11º	Alto Jacuí	7,45
12º	Central	7,76
13º	Fronteira Oeste	8,08
14º	Noroeste Colonial	8,28
15º	Sul	8,67
16º	Missões	8,74
17º	Litoral	8,83
18º	Campanha	8,92
19º	Nordeste	9,47
20º	Vale do Rio Pardo	9,49
21º	Centro-Sul	11,00
22º	Médio Alto Uruguai	12,77

Fonte: FEE, adaptado pelo autor.

Na Tabela 6 verifica-se a taxa de urbanização da Região Funcional 2 e das regiões que a compõe, contrastando com a média das cidades gaúchas. Este índice se torna importante para a análise, uma vez que o crescimento da rede urbana normalmente é acompanhado e incentivado pelo aumento da indústria. Portanto, maior taxa de urbanização significa, analisando-se de forma simples, maior produção industrial e maior robustez do mercado.

Nota-se, através da tabela, a grande diferença entre as taxas regionais e a taxa média do estado. Enquanto o Rio Grande do Sul aparece com 83,43% de sua população nas cidades, a região do COREDE do Vale do Rio Pardo apresenta 62,06% de taxa de urbanização, o que significa que grande parcela de sua

população vive da agricultura, pecuária e outras atividades do meio rural. Observa-se também que o crescimento das cidades não se dá de forma desordenada, visto que há uma evolução moderada ao longo da série.

Tabela 6 - Taxa de urbanização (%)

Ano	Vale do Taquari	Vale do Rio Pardo	Região Funcional 2	Rio Grande do Sul
1999	63,74	57,10	59,99	80,90
2000	65,45	58,15	61,33	81,65
2001	67,44	58,77	62,50	81,94
2002	66,72	58,81	62,26	82,23
2003	67,34	59,14	62,72	82,53
2004	69,96	61,39	65,14	82,83
2005	70,55	61,72	65,59	83,13
2006	71,15	62,06	66,05	83,43

Fonte: FEE, adaptado pelo autor.

Outra classificação muito pertinente para mensurar e acompanhar o nível de desenvolvimento do estado é o IDESE (Índice de Desenvolvimento Sócio Econômico), que é calculado pela FEE. O IDESE é um índice, inspirado no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que engloba diversos indicadores com quatro diferentes focos: educação; renda; saneamento e domicílios; e saúde. Ele varia de zero a um e, assim como o IDH, permite que se classifique o estado, os municípios ou os COREDEs em três níveis de desenvolvimento: baixo (índices até 0,499), médio (entre 0,500 e 0,799) ou alto (maiores ou iguais a 0,800).

Tabela 7 - IDESE

Ano	Vale do Taquari		Vale do Rio Pardo		Rio Grande do Sul	
	IDESE	Ordem	IDESE	Ordem	IDESE	Nº COREDEs
2000	0,713	16º	0,679	21º	0,747	22
2001	0,714	16º	0,685	21º	0,750	22
2002	0,723	14º	0,691	21º	0,753	22
2003	0,727	16º	0,692	20º	0,757	22
2004	0,734	14º	0,706	21º	0,760	24
2005	0,730	15º	0,706	21º	0,761	24
2006	0,735	15º	0,707	21º	0,764	24
2007	0,744	14º	0,711	23º	0,770	26

Fonte: FEE, adaptado pelo autor.

Observando-se a Tabela 7, constata-se que ambas as regiões encontram-se em um nível médio de desenvolvimento e abaixo da média gaúcha. A região do Vale do Rio Pardo apresenta um atraso muito grande com relação às outras regiões do estado, figurando sempre nas últimas posições do ranking, situação não muito diferente do Vale do Taquari, com índices meramente medianos na análise comparativa.

2.4 SÍNTESE DA SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

Através da análise das tabelas comparativas, pode-se observar uma verdadeira disparidade entre as duas regiões que compõe a Região Funcional 2. O Vale do Taquari, em todos os aspectos analisados, esteve à frente do Vale do Rio Pardo. Ainda assim, é importante destacar que as duas não figuram entre as regiões mais desenvolvidas do estado.

O desenvolvimento econômico e social da Região Funcional 2 apresenta relativo atraso se comparado à média estadual. Para observar isto, basta retomar os números mostrados anteriormente. Mesmo que, em alguns pontos, o Vale do Taquari apresente resultados superiores aos do Rio Grande do Sul, para o conjunto da região a representatividade do Vale do Rio Pardo é grande. Isto faz com que a

Região Funcional 2 esteja sempre abaixo dos níveis médios estaduais no que diz respeito à economia e índices sociais.

O atraso do Vale do Rio Pardo é visto principalmente em suas condições sociais, haja vista o nível de analfabetismo e a expectativa de vida baixa de sua população. No que tange o PIB per capita, este esteve sempre muito próximo à média gaúcha e mantém uma evolução muito boa ao longo dos anos, apesar das oscilações comuns da economia rural.

Apesar do PIB industrial ser dominante na Região Funcional 2, há forte influência da agricultura na economia. O agronegócio é o grande propulsor da atividade produtiva regional. Um exemplo é a produção de fumo interna, que abastece toda a indústria fumageira, de grande importância para a região. Conforme os números apresentados, em 2006, 33,95% da população era rural, um número elevado se considerarmos a proximidade com a região metropolitana.

O acompanhamento da evolução do IDESE dá uma noção geral da situação de desenvolvimento econômico e social do Vale do Taquari e Vale do Rio Pardo. Quando são ponderados os fatores educação, renda, saneamento e saúde, o que se vê é uma situação alarmante para a região. O IDESE demonstra de maneira clara o nível de vida da população, que no caso da Região Funcional 2 está entre os piores do estado.

3 PROPOSTAS DE DESENVOLVIMENTO

Este capítulo trata das propostas de desenvolvimento do governo do estado para a Região Funcional 2. A principal fonte de estudo é o relatório Rumos 2015, que guia até hoje os projetos políticos de desenvolvimento de cada região do Rio Grande do Sul.

No primeiro ponto são apresentados os potenciais e dificuldades da economia da região, conforme o estudo feito pelo governo do estado. Posteriormente observam-se as políticas a serem adotadas pelo governo, suas características e objetivos. Ao fim do capítulo será feita uma análise crítica destes projetos, classificando-os de acordo com as teorias abordadas na primeira parte do trabalho, e levando em consideração a atual conjuntura econômica do estado.

3.1 POTENCIAIS E DIFICULDADES DA REGIÃO

O fator a ser destacado, que serve como trunfo para alavancar o crescimento regional é, sem dúvida, sua localização geográfica. A Região Funcional 2 está localizada em um ponto estratégico, muito próximo ao maior pólo industrial do estado, a Região Funcional 1⁵. Para justificar a importância desta região, basta dizer que ela foi responsável em 2002 por 43% do PIB gaúcho, conforme informação do relatório Rumos 2015.

O Vale do Taquari e o Vale do Rio Pardo representam um espaço de transição entre a área com maior atividade econômica e o interior do estado. A região de Porto Alegre e a área metropolitana merecem destaque, pois, devido a sua maior população e também por ser o maior centro comercial, contam com o abastecimento maior de produtos vindos de outras regiões.

⁵ Composta por cinco COREDEs: Vale do Rio dos Sinos, Vale do Caí, Metropolitano Delta do Jacuí, Paranhana-Encosta da Serra e Centro-Sul

O aproveitamento desta característica se torna imprescindível para a Região Funcional 2. Por ser um local onde as atividades agropecuária e industrial evoluem continuamente, é natural que a região aumente ainda mais sua produção para acompanhar a necessidade de suprimento da metrópole gaúcha.

O Vale do Taquari e o Vale do Rio Pardo contam com grande potencial agrícola e industrial. Como seu território é bem heterogêneo, mescla cidades bastante urbanizadas e outras completamente agrícolas. Assim, há espaço tanto para o cultivo de novos produtos no meio rural quanto para implantação de novas indústrias no meio urbano.

Os indicadores referentes à informação e conhecimento são inferiores à média do estado, porém conta com três universidades. Isto indica uma possível expansão da mão de obra qualificada nos próximos anos.

A perda de competitividade de setores dominantes da economia regional é um dos pontos a serem abordados acerca das dificuldades da região. Neste aspecto, regiões que usufruem de fortes investimentos como a Serra, Vale do Rio dos Sinos, Produção e Norte, aparecem como principais concorrentes em mercados que são tradicionalmente importantes para a composição do PIB da Região Funcional 2. Os setores de couro, calçados, serraria, mobiliário, aves, suínos, máquinas e implementos agrícolas, estão entre as áreas que sofrem com essa concorrência.

O ramo do fumo, que vai desde a produção agrícola até o produto final, é outra atividade tradicional que corre sérios riscos. O setor fumageiro sofre pressões antitabagistas nacionais e mundiais há tempos, e isto representa grandes dificuldades para manter o seu crescimento. Este ponto, em especial, tem grande relevância, pois na Região Funcional 2 concentra-se 81% da produção de fumo do Rio Grande do Sul e, além disso, a indústria fumageira é responsável por 58% do VAB (Valor Adicionado Bruto) da região, segundo dados do ano de 2002 contidos no relatório Rumos 2015.

Outra dificuldade da região diz respeito à perda de competitividade do pequeno produtor rural. Segundo dados do Rumos 2015, no Vale do Taquari e no Vale do Rio Pardo 94% das empresas agrícolas são compostas por pequenos

produtores. Atualmente os grandes produtores contam com muitas vantagens em termos de competição. A mecanização do campo, as grandes extensões de terra, e o capital abundante os beneficiam e acabam prejudicando o pequeno produtor.

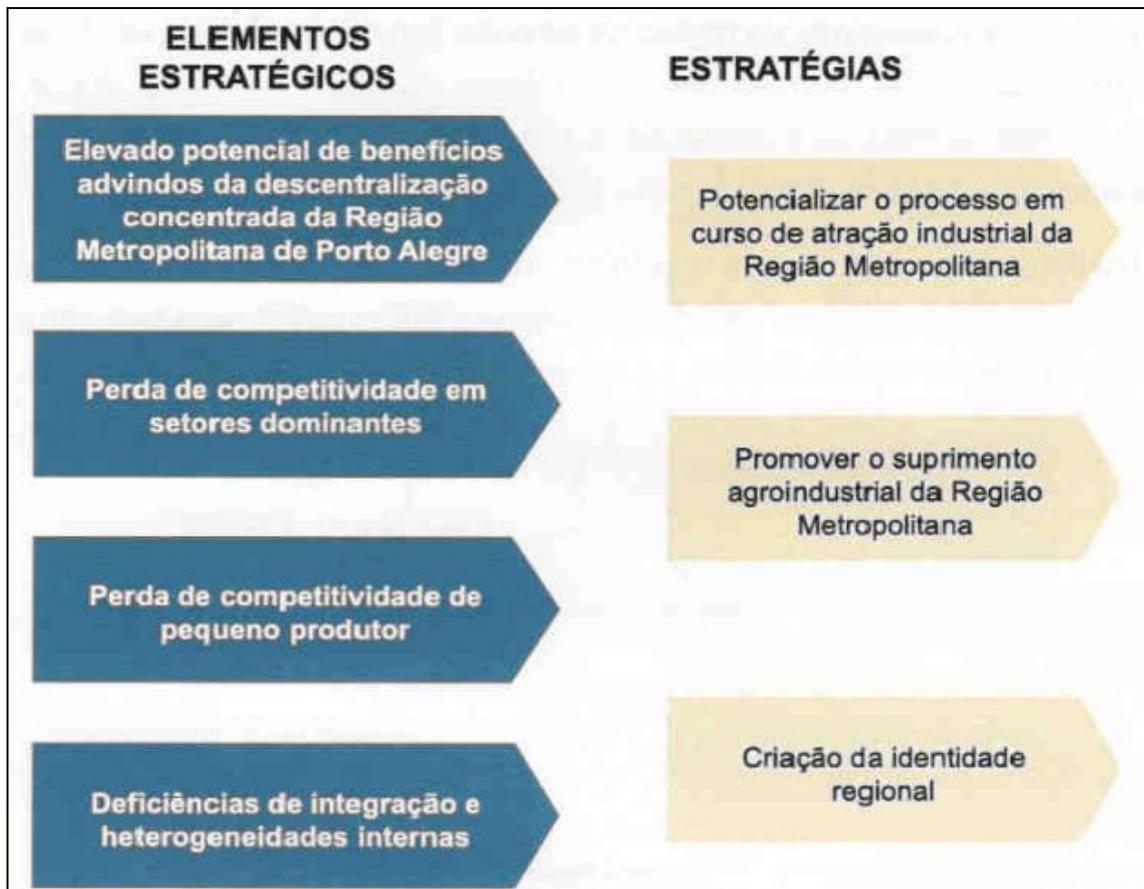
Por fim, a última grande deficiência da região está na falta de integração interna. A rede rodoviária é ineficiente e o acesso às estradas principais, em diversos municípios, não tem asfalto. Isto dificulta o escoamento da produção e restringe outras oportunidades de crescimento da economia.

Desta forma, as estratégias que serão apresentadas têm como objetivo principal o aproveitamento dos potenciais regionais e o aprimoramento de segmentos da economia que apresentam dificuldades. Por isso é muito importante destacar quais são estes setores prestigiados da Região Funcional 2 e quais sofrem para manter suas atividades.

3.2 APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Após o levantamento dos principais pontos a serem focados pelo governo do estado para promover o desenvolvimento, o Rumos 2015 elaborou três grandes estratégias para potencializar os pontos positivos e corrigir os negativos, como observa-se na Figura 1.

Figura 1 - Elementos Estratégicos x Estratégias para a RF 2

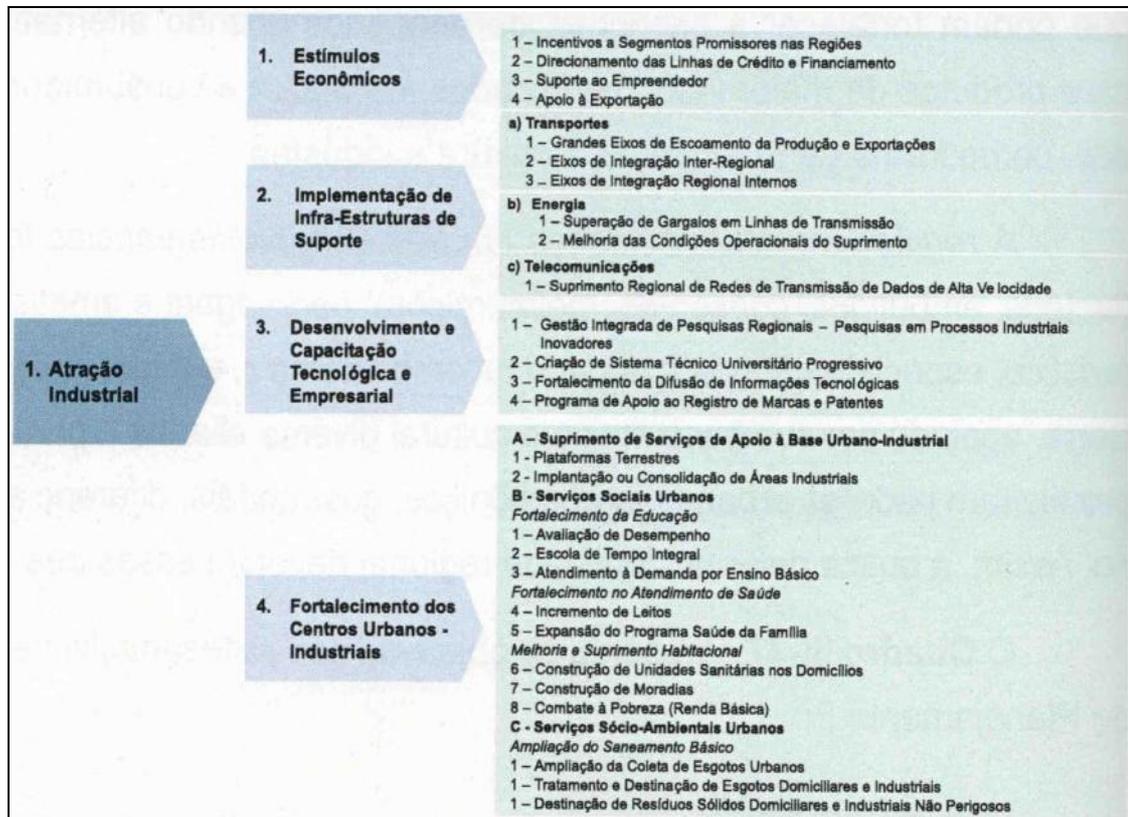


Fonte: Relatório Rumos 2015.

As estratégias apontadas têm grandes ligações entre si, pois uma colabora para o progresso da outra. Todas convergem para o ponto principal que é absorver os benefícios do crescimento constante da região metropolitana de Porto Alegre. Com isso, as principais potencialidades da Região Funcional 2 – atividades industriais, agropecuárias e de silvicultura, apoiadas em pequenos produtores – seriam melhor aproveitadas.

O que se observa na Figura 2 é uma subdivisão da primeira estratégia (atração industrial) em seus principais programas e, na coluna da direita, os projetos que deverão ser executados para atingir os objetivos.

Figura 2 - Estratégias 1: Atração industrial



Fonte: Relatório Rumos 2015

São inúmeros projetos que visam potencializar o processo de atração industrial da Região Metropolitana. Entre eles, pode-se destacar: os incentivos a segmentos promissores nas regiões; a implementação de grandes eixos de escoamento da produção e exportações; a implantação ou consolidação de áreas industriais; entre outros importantes projetos.

A segunda estratégia diz respeito ao suprimento agroindustrial da região metropolitana de Porto Alegre. Observam-se na Figura 3 os projetos relacionados com esta estratégia.

Figura 3 - Estratégia 2: Suprimento Agroindustrial da RMPA



Fonte: Relatório Rumos 2015

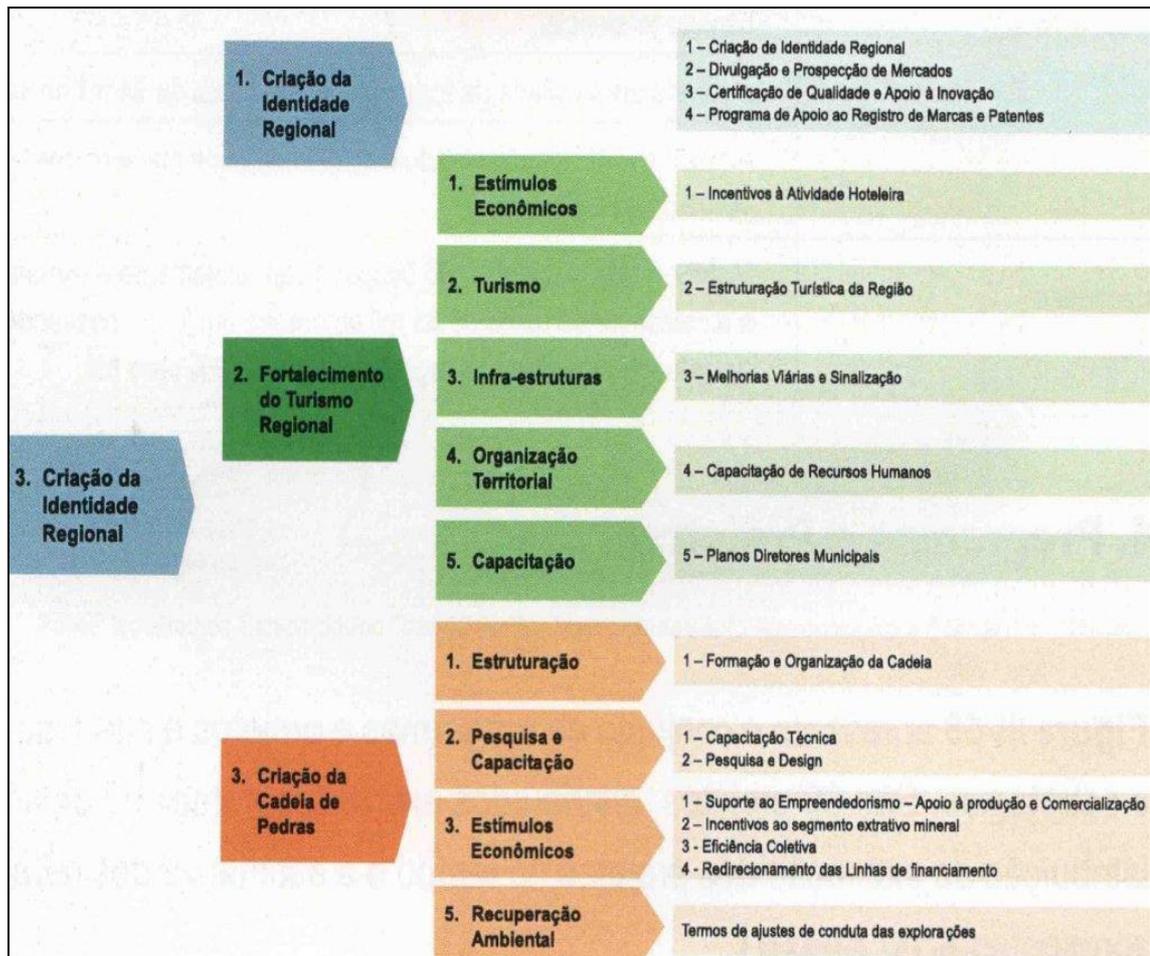
Estas iniciativas visam suprir as necessidades do mercado da Região Metropolitana e impulsionar os mercados de aves, suínos, laticínios, hortifrutigranjeiros, entre outros setores. O mercado gaúcho é muito importante para o desenvolvimento da Região Funcional 2, pois, segundo dados do Rumos 2015, a maior parte de sua produção é destinada ao mercado interno, ficando menos da metade do produto para o restante do país ou para o mercado internacional.

Pode-se destacar entre os projetos listados: o incentivo a pequenas indústrias; o incentivo ao associativismo e cooperativismo; a implantação de sistemas de captação, armazenamento e distribuição de águas pluviais; o desenvolvimento de pesquisas agropecuárias aplicadas; entre outros.

A terceira estratégia é a criação da identidade regional, que visa criar uma consciência coletiva para a substituição da cultura e indústria do fumo. Para isso, são usadas três vertentes de ação, sendo elas: criação da identidade regional,

fortalecimento do turismo regional e criação da cadeia de pedras preciosas. Assim, observa-se na Figura 4 os projetos que atendem às necessidades de potencialização destas atividades.

Figura 4 - Criação da Identidade Regional



Fonte: Relatório Rumos 2015

Estes projetos visam aproveitar melhor as potencialidades da região que não estão sendo bem exploradas. Os mercados de turismo e pedras preciosas são muito mal aproveitados, portanto estes projetos vem a estruturar melhor estes setores para desenvolvê-los de uma forma satisfatória. Dentre as ações a serem implementadas destacam-se: incentivo à atividade hoteleira; melhorias viárias e sinalização; incentivos ao segmento extrativo mineral; redirecionamento das linhas de financiamento; entre outros.

A ideia da criação da identidade regional é gerar um padrão de produto e expandir seu raio de ação, assim, os projetos de divulgação e prospecção de mercados e a certificação de qualidade e apoio à inovação são vistos como pontos muito importantes para o cumprimento das metas do plano.

Na Figura 5 estão os objetivos para o ano de 2015, de acordo com cada uma das 3 estratégias principais de ação. Estes são os resultados esperados para a economia, se for cumprido o programa de projetos expostos anteriormente.

Figura 5 - Objetivos das estratégias propostas

Estratégias	Objetivos
Atração industrial	Ampliar o VAB industrial: 12,1% a.a. em Material de Transporte, 8,2% em Material Elétrico, 3,1% em Produtos de Origem Vegetal, 2,8% em Leite e Laticínios, 4,3% em Química, 4,8% em Indústria Metalúrgica e 4,0% em Calçados e Couros.
Suprimento agroindustrial da Região Metropolitana de Porto Alegre	Manter a participação dos setores Abate e Preparação de Carnes e Leite e Laticínios no VAB da região até 2015, atingindo um crescimento médio anual de 3,7% em ambos.
	Manter o atual patamar de participação da população rural no total da população regional (37%)
	Ampliar o VAB das agroindústrias em 20% acima do esperado segundo o cenário tendencial.
	Dobrar a área colhida de frutas, atingindo cerca de 24 mil hectares.
	Ampliar a participação estadual da produção de madeira dos 36% atuais para 40% no ano horizonte.
Criação de identidade regional	Manter a taxa da população ocupada com alojamento e alimentação em 8% a.a., alcançando cerca de 33 mil empregos em 2015, passando a participação do setor no total dos empregos regionais de 3% para 8%.

Fonte: Relatório Rumos 2015

3.3 ANÁLISE CRÍTICA

Após se observar as propostas do governo do estado para o desenvolvimento da Região Funcional 2, é possível elaborar uma análise dos principais pontos abordados por elas. As abordagens dos diferentes autores acerca das teorias de

crescimento equilibrado e desequilibrado tornam-se extremamente importantes para guiar a análise, assim como a visão geral da situação da região e o levantamento de suas potencialidades e dificuldades no âmbito da economia.

É importante destacar de início, que qualquer iniciativa governamental que seja deve ter em vista um projeto de desenvolvimento de longo prazo, ou seja, as ações devem estar integradas de tal maneira que haja uma continuação do processo de crescimento ao longo do tempo. Não basta promover ações imediatistas que só comprometam as finanças públicas e não gerem propagação do crescimento.

Quanto ao padrão de desenvolvimento, é visível no mundo todo que algumas regiões tendem a crescer mais rápido que outras. O padrão de crescimento não é igual e cria desigualdades. Portanto, a alocação dos recursos públicos também se dá de acordo com a evolução destas diferenças regionais.

Segundo Hirschmann, num primeiro momento há dispersão geográfica do investimento e logo uma região tende a crescer mais rapidamente que as outras. Os recursos governamentais acompanham este crescimento, pois passam a concentrar os investimentos de maneira a atender as necessidades de infraestrutura da região em expansão. As desigualdades regionais se agravam até se tornarem insustentáveis, momento em que ocorre uma realocação dos recursos públicos para as regiões atrasadas.

O Rio Grande do Sul não difere deste padrão de alocação de recursos, sendo as regiões mais industrializadas as que concentram mais investimentos públicos. Porém as localidades mais atrasadas passam a ter grande importância política na medida em que passam a apresentar níveis de vida muito baixos.

A Região Funcional 2 tem praticamente todos os índices de qualidade de vida abaixo da média gaúcha, principalmente em decorrência do atraso do interior do Vale do Rio Pardo. Portanto, pela lógica de Hirschmann, ocorrendo um agravamento da situação de desigualdade, a região deverá contar com maior investimento público no decorrer do tempo para amenizar estes efeitos.

Por outro lado, levando-se em consideração o grande poder da região na promoção do desenvolvimento do estado, o investimento pode ser atraído de outra

forma, ou seja, a fim de intensificar as ligações comerciais entre os diversos pontos do Rio Grande do Sul. Isto se torna mais lógico em se tratando de um local de conexão entre a Região Metropolitana de Porto Alegre e o interior do estado.

Na abordagem do crescimento equilibrado, a ideia básica é empregar grande vulto de capital em diversos setores da economia ao mesmo tempo. Porém, na atual conjuntura do estado do Rio Grande do Sul a ideia do desenvolvimento equilibrado se torna inviável, visto a escassez de capital que se observa até mesmo para honrar compromissos como o pagamento da folha salarial dos servidores. Em uma época em que se fala tanto em refinanciamento da dívida pública e empréstimos internacionais, angariar imensa quantidade de capital se torna uma missão penosa e que acarretaria graves consequências.

Segundo Campos (1952), outro problema do investimento equilibrado é que a pulverização de recursos no conjunto da economia dilui e enfraquece os efeitos de encadeamento. Portanto, é muito importante que os investimentos sejam concentrados nos pontos com maior poder de difusão do crescimento, ou seja, locais que provoquem o desenvolvimento de outros.

Visto que o ponto mais forte da indústria do estado – a Região Metropolitana de Porto Alegre – se encontra já consolidado e de certa forma saturado, é dever do governo promover a difusão desta grande atividade econômica para outras regiões do Rio Grande do Sul. A Região Funcional 2 pode assumir um grande papel neste sentido, servindo como um centro de ligação entre o interior e a região metropolitana e também como absorvedora da descentralização comercial que se constata.

Num primeiro momento a região serviria como um “pólo de crescimento”, como apontado por Perroux. Este pólo se caracteriza por desencadear o crescimento de diversas indústrias e irradiar estes efeitos para outras regiões. Dessa forma, seriam concentrados os investimentos no Vale do Taquari e no Vale do Rio Pardo para que os efeitos fossem sentidos no longo prazo em todo o estado.

Assim se dá a propagação do crescimento segundo a ideia de Perroux. Ao contrário da teoria do crescimento equilibrado, ocorre a concentração de capital em pólos de crescimento, de onde se irradiam, em seguida, correntes de trocas. Ainda segundo o autor, quando se formam dois centros e estes são postos em

comunicação por vias de transporte e vias intelectuais, verificam-se, no longo prazo, mudanças de grande porte no universo econômico e social.

Quando se fala de comunicação entre os centros, atinge-se um dos principais problemas da Região Funcional 2, e que não tem a devida importância neste programa do Governo, que são as vias de transporte ou, falando de forma mais clara, as estradas. O problema da malha rodoviária regional afeta de maneira muito forte diversos setores da economia.

Além de haver a necessidade de manutenção e reparo das rodovias existentes, há que se implantar novas estradas que permitam maior comunicação interna e externa, a fim de desenvolver parcelas inertes da região (principalmente no sul do Vale do Rio Pardo). Em se tratando de uma região onde um dos pontos fortes é sua localização estratégica, é imprescindível que vias de escoamento da produção estejam em boas condições.

Segundo Souza (1996, p. 9), “o desenvolvimento dos meios de transporte entre as regiões favorece a mobilidade espacial de bens, fatores e inovações tecnológicas”. Os pequenos produtores (parcela majoritária da indústria local) seriam beneficiados pela melhoria das estradas, pois teriam maior facilidade para vender os produtos, menores custos de transporte, mais contatos humanos, etc.

Este ponto aparece de forma muito modesta no planejamento. Os projetos de implantação de estradas estão entre as inúmeras iniciativas para viabilizar os objetivos centrais, e se misturam com projetos como: universalização da telefonia rural, criação de sistema técnico universitário progressivo, construção de moradias, etc. Este assunto deveria ocupar posição central nestas propostas, afinal, a infraestrutura de transportes é o que vai permitir que os efeitos de encadeamento se propaguem.

Outro problema que será enfrentado pelos governantes da região nos próximos anos é a grande dependência da indústria fumageira. Devido a grande expressão desta cultura nos números da economia da região, observam-se, ao longo dos anos, grandes oscilações na economia devido a fenômenos meteorológicos, quebras de safra, etc. Outro aspecto é a forte cultura antitabagista que vem reprimindo este setor industrial nos últimos anos. Esta grande dependência

da agricultura e de toda a indústria fumageira gera grandes riscos ao conjunto da economia regional.

A ideia de diversificação da matriz produtiva como se observa nos projetos apresentados de atração industrial, fortalecimento do mercado do turismo e pedras preciosas é uma boa solução para isso. As estratégias são boas, mas se desconcentram demais em inúmeros projetos, que sem a devida atenção e capital serão infrutíferos. Hirschmann critica a ideia dos governos em geral, de dispersar os investimentos entre numerosos projetos de pequeno vulto. Segundo o autor, há um grande interesse populista na adoção deste sistema de investimento, e pouca efetividade, pois isto dispersa o capital e enfraquece o poder de continuação do progresso.

A concentração do investimento deve ser feita para se obter um maior aproveitamento dos efeitos de repercussão do crescimento, porém, uma das preocupações presentes na teoria de Hirschmann diz respeito à excessiva concentração destes investimentos. O autor fala sobre a necessidade de incentivar a fluência e transmissão do crescimento para outras regiões, porque se houver concentração de vários centros de crescimento na mesma área, há uma tendência ao enfraquecimento das forças de propagação do desenvolvimento.

Outra das propostas apresentadas é a da criação da identidade regional, que visa, entre outros objetivos, frear a emigração, mantendo a população identificada com a sua região. O problema da migração em massa pode causar um efeito cumulativo de mais e mais pobreza. Segundo Hirschmann, o efeito negativo mais sério do desequilíbrio do crescimento é a migração interna, que desloca a mão de obra qualificada do ponto menos desenvolvido para o mais desenvolvido, provocando ainda mais desigualdade. Outros problemas sérios são causados pela saída de pessoas das regiões atrasadas, como aponta Bandeira (2010, p. 37), “a emigração causa desenraizamento e tem custos sociais e emocionais para os imigrantes e para seus familiares”.

Este processo de tentar frear a migração e manter ocupado o trabalhador na sua região de origem é interessante a curto prazo, porém no longo prazo não basta essa ideia para manter a população inerte. O importante é estruturar a região para

que ela apresente condições de absorver a mão de obra nascente e o crescimento esperado.

Isto se dará somente através de um grande aporte de capital público nas estradas. Os efeitos de encadeamento provocados pela proximidade às regiões mais desenvolvidas seriam intensificados e, posteriormente, influenciaria outras regiões do estado.

O investimento maciço em estrutura rodoviária seria o ideal para a região. O processo geraria economias de escala para os produtores, aumentaria a atividade industrial, criaria mais ligações comerciais com a região metropolitana de Porto Alegre, atrairia mais investimentos, e assim sucessivamente, provocando um círculo vicioso do desenvolvimento.

O princípio da causação circular de Myrdal seria assim executado, pois desencadearia um processo acumulativo de crescimento, que afastaria a região de seu estado atual. Conforme a teoria do autor, quando ocorre um grande investimento de modo a modificar a estrutura do mercado, todas as mudanças posteriores, tendem a pôr em movimento o sistema na direção da mudança inicial, ou seja, na direção do crescimento.

A Região Funcional 2 tem grande potencial de provocar efeitos propulsores das outras regiões. A melhoria das estradas teria também o mesmo papel, pois provocaria não só o crescimento do Vale do Taquari e Vale do Rio Pardo, mas também de todos os pontos do Estado que se ligam a estas regiões.

Enfim, são muito acertadas as estratégias centrais do plano para o desenvolvimento da região, quais sejam: atração industrial, suprimento agroindustrial da Região Metropolitana de Porto Alegre e Criação da Identidade Regional. Porém, a forma como serão postas em prática é o ponto principal da crítica. Pulverizar os recursos do Estado em quase uma centena de projetos é fazer uma política populista, que não intensifica o processo de desenvolvimento. O governo deve dar o aporte necessário para que a iniciativa privada propague o crescimento, e a necessidade imediata é de infraestrutura de comunicação, assim todos os objetivos seriam mais facilmente alcançados.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento dos diferentes países, estados e cidades é assunto recorrente nas discussões sobre economia ao redor do mundo. Muito se fala sobre a necessidade ou não da intervenção estatal no mercado, redução da carga tributária, melhor utilização do erário público, etc.

Neste trabalho admitiu-se como consenso, entre os autores abordados, a importância do papel do Estado para a redução das desigualdades e promoção do desenvolvimento. Todos os autores, cada um à sua maneira, destacam o poder estatal como o promotor da ordem econômica. Assumiu-se a posição de que não poderá haver equilíbrio de forças ou diminuição das desigualdades internas se não houver ajuda do Estado. Em outras palavras, “sem intervenção os desequilíbrios regionais se agravam” (Richardson, 1973, p. 66).

De acordo com Hirschmann (1961), ainda que a iniciativa privada seja um dos principais agentes responsáveis pelo desenvolvimento econômico, as diferenças regionais não são sanadas pelas forças de mercado e nunca haverá uma convergência natural dos níveis de bem estar regionais. A partir daí ocorre a necessidade de intervenção governamental.

Outro aspecto que deve ser lembrado é que qualquer que seja a vertente de estudos posta em prática para o desenvolvimento da região, deve-se levar em consideração um programa de crescimento de longo prazo. Os projetos devem ser interligados de maneira que se perpetue o crescimento de forma sustentada, e não através de ações isoladas sem elos de encadeamento.

A discussão que se seguiu no decorrer do trabalho foi com o intuito de indicar qual seria a melhor forma de utilização do investimento público. De um lado a teoria do crescimento equilibrado aponta para um grande número de projetos sendo executados ao mesmo tempo, a fim de que o conjunto deles provoque um crescimento robusto da economia. De maneira diferente, os teóricos do crescimento desequilibrado afirmam que o investimento concentrado em poucos pontos é muito mais proveitoso para o aumento do nível de vida da população.

A partir desta discussão observou-se a situação econômica e social da Região Funcional 2 do estado do Rio Grande do Sul e as propostas do Governo do Estado para a melhoria dos aspectos socioeconômicos da região. O relatório Rumos 2015 levou em consideração as potencialidades e dificuldades regionais e determinou três pontos estratégicos para que se promovesse o desenvolvimento do Vale do Taquari e do Vale do Rio Pardo. São eles: atração industrial, suprimento agroindustrial da Região Metropolitana de Porto Alegre e criação da identidade regional. Dentro destas estratégias foram elaborados diversos projetos para que os objetivos principais fossem alcançados.

É visível que estas propostas do governo tomam rumos que correspondem com as teorias equilibrantes, tendo em vista a excessiva quantidade de projetos de pequeno vulto que as compõe. É natural que os governantes tenham a tendência a este tipo de proposta, pois é isto que agrada a opinião pública e que perpetua os políticos em seus lugares de destaque. Políticas populistas são usadas com muita frequência, ainda mais em se tratando de um país que não apresenta níveis elevados de desenvolvimento.

Porém, ao contrário do que o governo propõe, o melhor caminho para o desenvolvimento da região passa pelo crescimento desequilibrado. A concentração dos investimentos em poucas ações potencializa seus resultados, gerando efeitos propulsores na própria região e em outras ao seu redor. Não adianta tentar promover um grande impulso em diversas frentes se não há capital disponível para isso. A pulverização do investimento, no caso do Rio Grande do Sul, não é a melhor maneira de promover o desenvolvimento.

Há, nitidamente, um desequilíbrio já formado entre as diferentes regiões do estado e, no caso da Região Funcional 2, desequilíbrios entre os municípios que a compõe. Por um lado observam-se as cidades mais prósperas do Vale do Taquari com indicadores econômicos e sociais acima da média gaúcha e, por outro lado, municípios do interior do Vale do Rio Pardo com índices que figuram entre os piores do estado.

Desta forma, o crescimento desequilibrado serve para reorganizar as forças econômicas e alavancar de uma vez por todas o crescimento desta região. O estado

precisa de investimentos pontuais e, mais especificamente no caso da Região Funcional 2, investimentos em infraestrutura. Segundo Perroux (1977) estes melhoramentos, além de aumentarem a atratividade da região, podem potencializar o crescimento através dos canais de transmissão.

O investimento na malha rodoviária da região tende a fazer com que a transmissão do progresso seja potencializada. Muitas cidades que não contam com rodovias, ou aquelas que estão em péssimo estado de conservação, seriam beneficiadas através da diminuição do custo de produção, aumento do mercado consumidor, maior facilidade nas ligações insumo-produto, maior atração de investimentos, etc.

Por fim, sabe-se que toda a forma de investimento colaborará para que o crescimento aconteça, porém a intensificação dele é o que se pretende. A evolução natural da economia não deve provocar sensações de “satisfação” na população. O Brasil é um país atrasado, e precisa muito mais que um crescimento mediano para atingir níveis satisfatórios de desenvolvimento. Espera-se que com o passar do tempo, os governantes sejam “forçados” a adotar políticas econômicas que visem o longo prazo, para então atingir o tão sonhado desenvolvimento de países de primeiro mundo.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR JUNIOR, J. (Org.). **Celso furtado e o desenvolvimento regional**. Banco do Nordeste do Brasil, 2005.
- BANDEIRA, Pedro S. **As desigualdades regionais gaúchas no novo milênio**. In: Pró-RS IV: propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul (2011-2014). Passografic, 2010.
- CAMPOS, Roberto de O. **Planejamento do desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos**. Digesto Econômico, 1952.
- CLEMENTE, A.; HIGACHI, H. Y. **Economia e desenvolvimento regional**. Atlas, 2000.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Dados anuais por unidade geográfica**. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/menu_consultas.asp?tp_Pesquisa=var_REM> Acesso em: 20 out 2010.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese)**. Disponível em: < http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php>. Acesso em: 25 out 2010.
- GUIMARÃES NETO, L. **Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos**. IPEA, 1997. (Planejamento e Políticas Públicas, n. 15).
- HIRSCHMANN, Albert O. **Projetos de Desenvolvimento**. Zahar, 1969.
- HIRSCHMANN, Albert O. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Fundo de Cultura, 1961.
- HIRSCHMANN, Albert O. **Transmissão inter-regional e internacional do crescimento econômico**. In: Schwartzman, Jacques. Economia regional: Textos escolhidos. Cedeplar, 1977.
- HIRSCHMANN, Albert O. **Confissões de um dissidente: a estratégia do desenvolvimento reconsiderada**. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 13, nº 1, 1983.

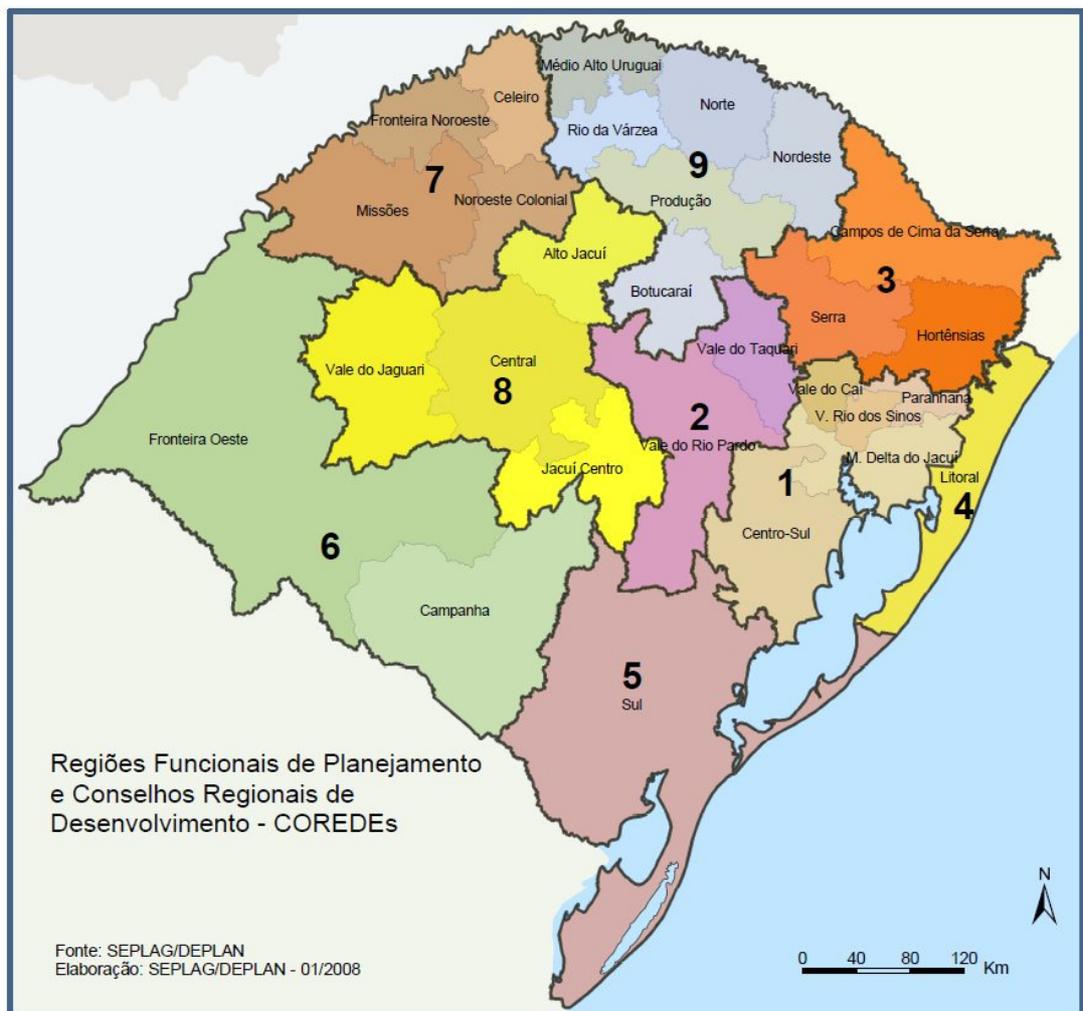
- MILL, John S. **Princípios de economia política: com algumas de suas aplicações à filosofia social.** Abril Cultural.
- MOTTA, Tatiana F. **Propostas de Desenvolvimento para a Metade Sul do Rio Grande do Sul.** Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Economia da UFRGS, 1999.
- MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas.** Saga, 1972.
- NURKSE, Ragnar. **Alguns Aspectos Internacionais do Desenvolvimento Econômico.** In: AGARWALA, A. N. e SINGH, S. P. A Economia do Subdesenvolvimento. Contraponto, 2010.
- NURKSE, Ragnar. **Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos.** Civilização Brasileira, 1957.
- OLIVEIRA, Júlio C. **Análise do crescimento econômico e das desigualdades regionais no Brasil.** Revista do departamento de ciências econômicas, n 28, UNISC, julho/dezembro 2008.
- PERROUX, François. **O conceito de pólo de crescimento.** In: Schwartzman, Jacques. Economia regional: Textos escolhidos. Cedeplar, 1977.
- RICHARDSON, Harry W. **Elementos da Economia Regional.** Zahar, 1973.
- ROSENSTEIN-RODAN, Paul N. **Problemas de Industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental.** In: AGARWALA, A. N. e SINGH, S. P. A Economia do Subdesenvolvimento. Contraponto, 2010.
- SAY, Jean-Baptiste. **Tratado de economia política.** Abril Cultural, 1983.
- SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul.** Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=631>>. Acesso em: 23 out 2010.
- SECRETARIA DA COORDENACAO E PLANEJAMENTO. **Rumos 2015 : estudo sobre desenvolvimento regional e logística de transportes no Rio Grande do Sul – Documento Síntese.** Secretaria da Coordenação e Planejamento, 2006.

SOUZA, Nali J. **Desenvolvimento Econômico**. Atlas, 2005, 5ª edição.

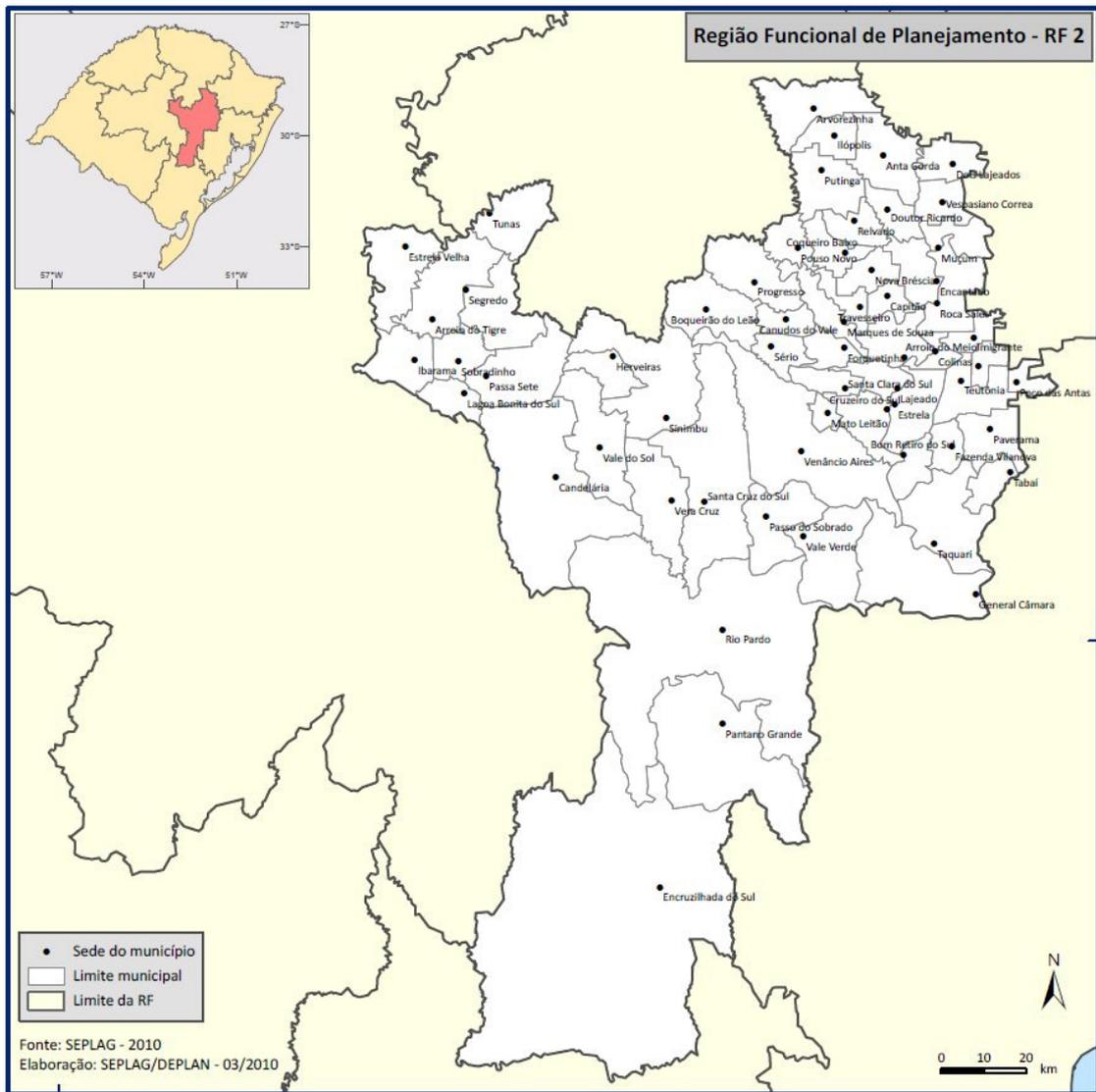
SOUZA, Nali J. **Regiões-chave na integração econômica regional**. Análise Econômica, 1996.

VINER, Jacob. **A Economia do Desenvolvimento**. In: AGARWALA, A. N. e SINGH, S. P. A economia do Subdesenvolvimento. Contraponto, 2010.

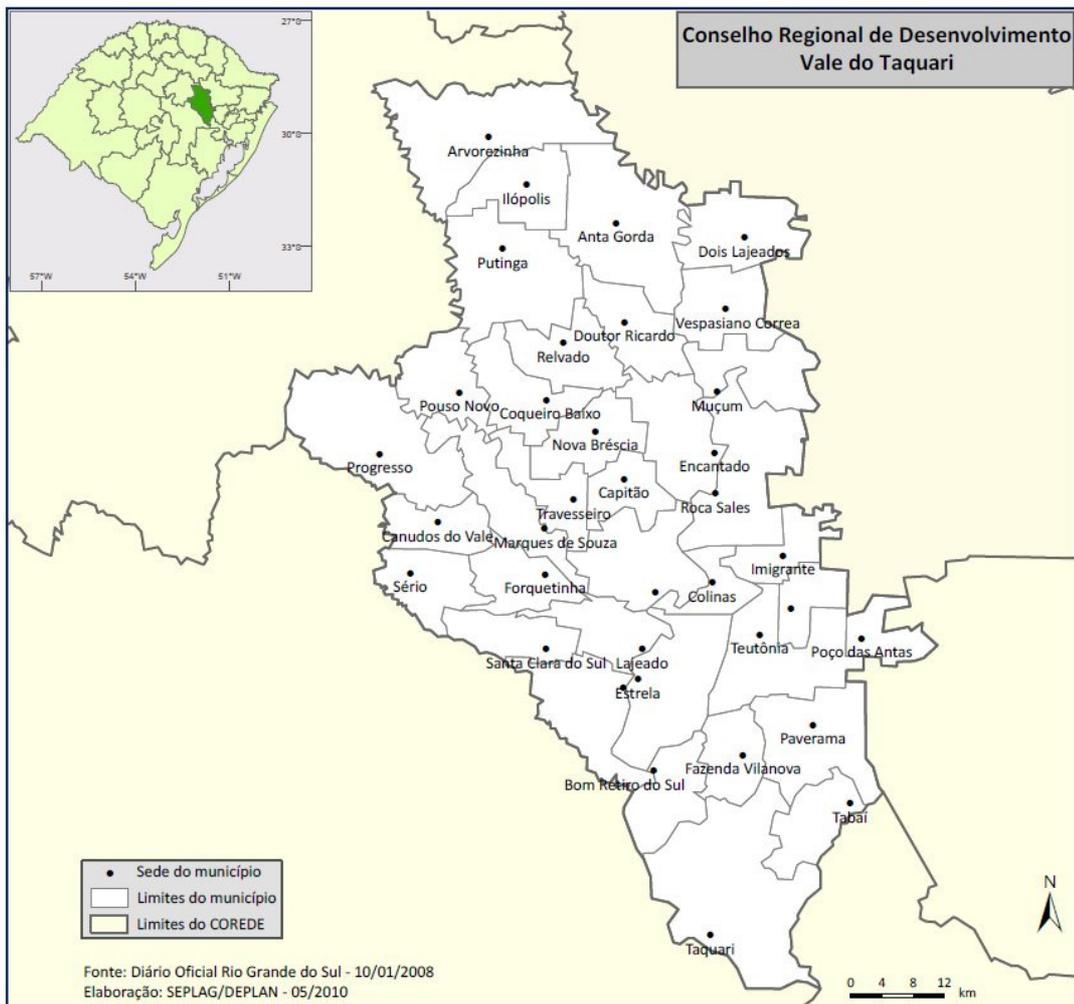
ANEXO A – MAPA REGIÕES FUNCIONAIS DE PLANEJAMENTO E CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO



ANEXO B – MAPA REGIÃO FUNCIONAL 2



ANEXO C – MAPA CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO VALE DO TAQUARI



ANEXO D – MAPA CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO VALE DO RIO PARDO

